

Ensino médio e educação profissional em agroecologia no movimento social popular do campo no Paraná

*High school and professional education in agroecology
the popular social movement field in Parana*

Rosana Vasconcelos Vito

Doutoranda em Educação. Professora da Universidade Paranaense (UNIPAR).

Pedagoga pela SEED-PR, Umuarama, PR – Brasil.

rosana.vito@yahoo.com.br

Aparecida do Carmo Lima

Doutoranda em Educação. Integrante do Movimento Sem Terra (MST).

Professora orientadora do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo. Maringá, PR – Brasil.

cidaems@gmail.com

Resumo: O presente estudo teve por objetivo abordar as práticas educativas em Agroecologia no Movimento Sem Terra no estado do Paraná (MST), como parte da construção da política de educação profissional tecnológica no campo. O estudo situa-se no campo das ações coletivas realizadas pelos trabalhadores na luta por políticas públicas de educação na reforma agrária e na educação do campo. Analisamos a existência de coerência teórica na materialização das práticas como processo de formação humana na perspectiva da transformação social, e se essa mantém vínculo com a proposta de ensino médio integrado à educação profissional tecnológica defendida pela classe trabalhadora. Nessa perspectiva, entendemos a educação nas áreas de reforma agrária e a educação do campo, como parte do projeto da agricultura camponesa, que atualmente têm sido incorporadas à Agroecologia no território camponês, que vem enfrentando contradições profundas neste momento de crise estrutural do capitalismo.

Palavras-chave: Ensino médio. Formação e Agroecologia. Educação profissional do campo.

Abstract: This research had as objective the educational practices in Agroecology on Brazil's Landless Workers Movement (MST) of Paraná – Brazil, as part of building of the Technological Professional Education Policy in the Field. The study is located in the field of collective actions carried out by workers in the fight for public education policies in Agrarian Reform and Field Education. We have analyzed the theoretical coherence on the materialization of the practices as human formation process from the perspective of social transformation, and if these practices keep connection with the Proposal for Integrated High School with the Technology Professional Education, supported by the working class. On this way, we understand education on Agrarian Reform and Field Education as part of peasant agriculture project, which currently have been incorporated into Agroecology in peasant territory, which has been facing profound contradictions at this structural crisis of capitalism moment.

Keywords: High school. Formation and Agroecology. Field professional education.

Considerações iniciais

Nesse trabalho, aprofundamos o estudo sobre as práticas educativas em Agroecologia no Movimento Sem Terra no estado do Paraná (MST/PR). A luta por políticas públicas de educação escolar faz parte da construção do projeto educativo do MST, envolvendo a relação com o Estado e com os governos.

As práticas educativas em Agroecologia, concretizadas nos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) integrantes da Via Campesina no Brasil, 1 foram realizadas nos centros e escolas de formação que são: Escola Iraci Salete Stronzake (em Cantagalo) e Escola Ireneo Alves dos Santos (em Rio Bonito do Iguaçu), ambas interligadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia; Escola José Gomes da Silva, interligada ao Instituto Técnico e Pesquisa da Reforma Agrária – ITEPA (em São Miguel do Iguaçu); Escola Milton Santos (em Maringá); Escola Latino Americana de Agroecologia (no município da Lapa).

Nesses espaços, os cursos técnicos em Agroecologia são oferecidos nas seguintes modalidades: Técnico em Agroecologia Ensino Médio Integrado, Técnico em Agroecologia/Educação de Jovens e Adultos, Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, Tecnólogo em Agroecologia, Técnico em Agroecologia com ênfase em Sistemas Agroflorestais e Técnico em Agroecologia com habilitação para a produção de leite. Tais cursos foram realizados em parceria com instituições públicas de ensino, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e certificados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Neste contexto, na elaboração desse estudo, objetivamos: a) aprofundar estudo referente às políticas e diretrizes para a educação profissional no Brasil pós anos de 1990; b) investigar elementos históricos da política de educação do campo; c) aprofundar o estudo sobre as práticas educativas de formação profissional em Agroecologia no MST no Paraná; d) sintetizar e ampliar a leitura dos cursos técnicos em Agroecologia integrados ao ensino médio na perspectiva da formação humana e oferta da educação profissional tecnológica no MST/PR.

Para tanto, como procedimento metodológico, utilizamos a pesquisa bibliográfica e análise de documentos, a fim de explicitarmos o contexto histórico em que foram criadas as práticas educativas em Agroecologia do MST/PR, situada na luta por uma política de educação profissional no campo.

Elementos de contexto histórico e a política de educação profissional no campo

Na sociedade capitalista contemporânea, a relação histórica entre trabalho e educação é indissociável na formação do social do ser humano, portanto, faz parte do debate sobre política educacional brasileira. Na materialidade da constituição da política de educação do campo, as ações coletivas realizadas pelos trabalhadores do campo por educação estão associadas à defesa do território do campo como lugar de produção de vida, trabalho, cultura e educação.

Historicamente, os povos do campo têm ficado à margem da consolidação de uma política educacional específica, herança do descaso e da ausência de políticas sociais públicas voltadas aos sujeitos do campo. Esse aspecto tem vínculo orgânico com a gênese da formação da sociedade brasileira capitalista.

Neste sentido, as instituições que propuseram atividades para atender a população do campo estruturaram ações articuladas à divisão social do trabalho e, notadamente, à consolidação de uma educação diferenciada para os que pensam e os que executam. Uma das características dessa proposta foi a formação instrumental, com ênfase na profissionalização, a socialização de conteúdos básicos que possibilitassem aos trabalhadores operar as ferramentas a partir de técnicas e maquinarias incorporadas ao processo de modernização e industrialização parcial do campo (LIMA, 2011).

É fato que, de maneira geral, elementos históricos da sociedade brasileira no século XX interferiram profundamente na política de modernização do campo brasileiro e na configuração das questões educacionais (LIMA, 2011). Portanto, tratar de elementos acerca de uma política educacional voltada aos sujeitos do campo exige a compreensão da intrínseca relação dialética entre questão política e agrária, da constituição e práxis política dos sujeitos organizados em MSPdoC e a luta social desse por educação e por escola no campo.

As políticas educacionais direcionadas às populações do campo, na década de 1980 até os anos de 1990, mantiveram as características e traços da educação rural, associados à política de ação do Governo Federal e às reformulações da política agrária e agrícola brasileira.

Na atualidade, o Decreto n.º 7.352/10 instituiu a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (BRASIL, 2010). Em relação à educação profissional e tecnológica, indica o fomento e a oferta da Educação Básica na modalidade de educação de jovens e adultos, integrando qualificação social e profissional, articuladas com os processos de re-

produção social no campo (BRASIL, 2012, p. 25). De modo geral, a política de educação do campo é destinada à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo. Todavia, a constituição da política de educação do campo tem centralidade na formação para o trabalho no campo, na apropriação dos meios de produção pelos próprios sujeitos do campo, e na terra como meio de produzir a vida e identidade da classe. Assim, ela tem sua relação com a agricultura camponesa agroecológica situada no contexto das transformações sociais contemporâneas (BRASIL, 2012, p. 26).

Historicamente, o trabalho sempre representou um importante papel para as transformações sociais. É a partir do fazer que os homens transformam a natureza, transformam a si mesmos, satisfazem as suas necessidades e criam novas necessidades a serem supridas. Portanto, a relação entre trabalho e educação é determinada pelas relações de produção estabelecidas nas relações sociais, objetivando produzir a existência no decorrer da constituição social dos sucessivos modos de produção. Com isso, “[...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho humano sofreu alterações e se tornou estranho ao sujeito social, uma vez que o homem foi expropriado das condições materiais e culturais tornando-se um ser alienado da sua condição histórica.

Neste estudo, relacionado com as políticas e diretrizes para educação profissional, identificamos a contribuição de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010), na defesa da escola pública de qualidade (com destaque para a educação básica – ensino médio). Esses autores têm denunciado a dívida histórica da sociedade brasileira pela falta de acesso da maioria da população à educação básica, principalmente os jovens do campo.

Ramos [s.d.] defende o trabalho como princípio educativo, integrado ao ensino médio com a educação profissional. De acordo com a autora, a construção da proposta da educação integrada tem por perspectiva histórica a defesa da educação que comunga os interesses da classe que vive do trabalho, por isso tem relação com a formação omnilateral. O projeto unitário proposto para o ensino médio exige compreensão do trabalho em duas perspectivas, ou seja, o trabalho como princípio educativo no seu sentido duplo, ontológico e histórico (RAMOS, [s.d.]).

Numa outra perspectiva, a reforma do ensino profissional aconteceu no bojo da adesão e implementação das políticas neoliberais adotadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, os embates no campo das políticas educacionais brasileiras se devem às ações de segmentos organizados da sociedade

civil, com intervenção direta do Estado e suas instituições (desde a definição do conteúdo, gestão e avaliação das políticas).

Na contra-hegemonia por outra política de educação profissional, educadores, pesquisadores progressistas, organizações e movimentos sociais populares têm defendido, na especificidade da oferta e fomento do ensino médio concomitante com a educação profissional, a educação como processo de formação humana integrada com algumas categorias que permitem compreender e interpretar as relações sociais e as relações de trabalho na sociedade contemporânea.

Segundo Frigotto (2010, p. 17),

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico e a educação profissional, postula que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que se busca enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual do trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Na atualidade da sociedade brasileira contemporânea, a constituição de uma política pública de educação tecnológica deve-se à luta política realizada pela classe trabalhadora e também por segmentos da sociedade civil organizada, a exemplo da participação de intelectuais progressistas.

A partir do ano 2000, a política de educação profissional tem se expandido, articulada com a política do governo brasileiro, portanto, segue orientado as finalidades econômicas e sociais, combinado com a possibilidade de assegurar os direitos sociais (o acesso à educação escolar e também a geração de emprego e renda).

Em relação à especificidade da política de educação profissional, entendemos essa proposta como uma conquista parcial de segmentos da classe trabalhadora, diante das possibilidades de financiamento e de incorporação de elementos da concepção de uma formação humana comprometida com a transformação social, conforme consta na Lei n.º 11.741/08, no artigo 39. Na continuidade desse estudo, abordamos aspectos gerais da constituição da proposta pedagógica dos cursos técnicos integrados de formação em Agroecologia no MST/PR.

Constituição dos cursos técnicos em Agroecologia integrados ao ensino médio no Movimento Social do Campo no estado do Paraná

A constituição das práticas educativas (curso técnico em Agroecologia) no Movimento Social do Campo no Paraná conjugou com a demanda pela organização da produção junto às famílias assentadas, a escolarização e formação de técnicos militantes em Agroecologia. Outro aspecto relevante foi a demanda existente de trabalho com a juventude, combinada com a necessidade de garantir a escolarização, desde o acesso até a permanência no ensino médio, como parte da luta permanente pelo direito à educação pública de qualidade, sob responsabilidade do Estado brasileiro.

Na revisão e consulta documental, identificamos as principais dimensões educativas que compõem os projetos político-pedagógicos dos cursos técnicos em Agroecologia no MST/PR, cujas práticas educativas aconteceram na Escola Milton Santos, na Escola Latino Americana de Agroecologia e na Escola Iraci Salete Strozak. As dimensões são: formação humana, formação política, trabalho como formador, profissional pesquisador e profissionais socialmente comprometidos (LIMA, 2011).

Na sequência, apresentamos algumas características dos processos de formação humana conjugadas com a oferta da educação básica integrada à educação profissional técnica em Agroecologia.

O curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia foi criado em 2003 em dois centros/escolas de formação. Na Escola Iraci Salete Strozak (Cecagro) no município de Cantagalo (PR), com a primeira turma “Herdeiros de Zumbi” (2003-2005). Teve a participação de educandos da região centro e de regiões mais próximas do MST/PR, e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e educandos do estado do Mato Grosso do Sul. Na Escola Milton Santos, foi organizada a primeira turma Karl Marx (2003-2005), a segunda turma Vladimir Lênin [2005-2009], abrangendo os assentamentos das regiões Centro-Oeste, Norte e Noroeste do Paraná (LIMA, 2011).

De acordo com as fontes documentais da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (2003, p. 2), a constituição da prática educativa atende às seguintes demandas:

A implantação do Curso Técnico Agropecuária com ênfase em Agroecologia pela Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná se faz necessário em função de atendimento aos anseios da comunidade, às necessidades de qualificar tecnicamente os trabalhadores

rurais para atuar em projetos de Reforma Agrária e às perspectivas de continuidade através da integração do curso médio com o ensino superior oferecido pela Universidade.

A carga horária do curso é de 1.552 horas presenciais, realizado no tempo/espaço escola e de 288 horas em atividades no tempo/espaço comunidade. A estrutura e a organização dos conteúdos são por áreas de conhecimento, tais como: produção vegetal, desenvolvimento rural sustentável, produção animal e prática profissional. Cada área de conhecimento é composta por unidades didáticas e seus respectivos conteúdos. (LIMA, 2011).

De acordo com Lima (2011), em maio de 2004 no Ceagro, houve a segunda turma do curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, direcionado à formação e habilitação para a criação de animal agroecológico e a produção de leite a base de pasto (PRV). Foi estabelecida a parceria com a ETUFPR e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por intermédio do Departamento de Zootecnia. Com a realização desta prática educativa, houve a implementação de “[...] unidade de pesquisa e demonstrativa sobre produção de leite a base de pasto, mediante a metodologia do Sistema Voisin (Pastoreiro Racional Voisin)” (MST/PR, 2006, p. 10).

A demanda pelo ensino médio em concomitância com a educação profissional é abordada no documento *Proposta Pedagógica do Curso Integrado de Agropecuária com ênfase em Agroecologia*, do MST/PR (2003). As reflexões do coletivo de educadores dos centros/escolas de formação sobre a educação básica de ensino médio interligada com a educação profissional são parte do processo de organização do curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, realizado no Ceagro (Cantagalo) e na Escola Milton Santos (Maringá). Foi constatado, em 2003, que metade dos educandos nestas escolas não havia concluído o ensino médio; diante disso, uma das alternativas foi fazer o curso técnico e, simultaneamente, a escolarização do ensino médio pelo Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA).

Naquele momento, o fato denunciou a falta de acesso dos jovens à educação básica do ensino médio nas áreas de reforma agrária e também a ausência de uma política pública educacional de educação do campo. Essa questão e a falta de técnicos organizadores da produção nas áreas de reforma agrária foram determinantes para a criação do curso em Agroecologia na perspectiva de garantir o “[...] ensino médio e o ensino técnico para educandos dos movimentos sociais do campo, de forma articulada, com a qualidade e o tempo necessário à escolarização e formação técnica e política” (MST/PR, 2003, p. 1).

O curso técnico realizado no Itepa, no município de São Miguel do Iguacu, com a primeira turma “Sementes de um Novo Tempo”, iniciou no ano de 2004 e foi concluído em 2008. Teve a duração de três anos, foi organizado em regime de alternância e estruturado em nove etapas. O curso teve abrangência nacional e na região do Mercosul, mas a prioridade foi para estudantes das regiões Oeste, Centro-Oeste, Centro, Sudoeste e Vale do Cantú do estado do Paraná. Na Escola Milton Santos, o curso começou no final de 2005, com a primeira turma Haydée Santamaría formada em 2009. No ano de 2007, o Itepa apresentou demanda para realizar uma segunda turma, na continuidade e atendimento às demandas de formação e capacitação dos trabalhadores da agricultura camponesa, prioritariamente dos assentamentos da região Oeste do estado do Paraná. Em 2010, iniciou-se outra turma que concluiu em março de 2013.

Com a aprovação do curso técnico em Agroecologia ensino médio integrado, as coordenações e coletivos de acompanhamentos dos centros/escolas de formação em Agroecologia no MST/PR, em parceria com a ETUFPR, depararam-se com a necessidade de aprofundar o estudo do tema da integração, como passo para construir a integração das disciplinas obrigatórias do ensino médio com a formação profissional.

O curso técnico integrado em Agroecologia foi organizado com uma carga horária de 3.200 horas, distribuídas em dez etapas (média de 350 horas por etapa), combinado com a formação técnica.

Na continuação dos trabalhos pelo MST/PR e ETUFPR, realizou-se o II Seminário na Escola Milton Santos em Maringá, revelando a necessidade de aprofundar o estudo sobre a concepção de educação associada ao ensino médio integrado (MST/PR, 2007). Identificada à problemática, aconteceu o III Seminário dos Centros/Escolas de Formação do MST/PR no Ceagro (município de Cantagalo-PR), em março de 2007. As reflexões foram em relação às práticas educativas (curso técnico em Agroecologia ensino médio integrado), referentes à concepção de educação e de Agroecologia. Os participantes foram integrantes da coordenação do curso pela Escola Técnica da UFPR, das coordenações político-pedagógicas e dos coletivos de acompanhamento político-pedagógico do MST/PR.

O Ceagro vivenciou a primeira experiência com o curso técnico integrado ao ensino médio, estruturado na modalidade do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovem e Adulta (Proeja). Esse processo foi ofertado de forma concomitante e sequencial aos cursos técnicos, na modalidade de curso integrado.

No documento base do Ministério da Educação, consta que a modalidade do Proeja é originária do Decreto n.º 5.478, de 24 de junho de 2005. No Decreto

n.º 5.840/2006 institui e prevê, especificamente para o Proeja, “[...] as possibilidades de articulação considerando as formas *integrada e concomitante*. Na busca de priorizar a integração, os maiores esforços concentram-se em buscar caracterizar a forma *integrada*, que se traduz por um currículo integrado” (BRASIL, 2007, p. 39).

As práticas educativas em Agroecologia, objetivando a formação profissional de jovens e adultos do campo foram de iniciativa do MST em articulação com outros Movimentos Sociais Populares do Campo, em parceria com o IFPR e o Inkra por meio do Pronera.

No Ceagro, no curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, no ano de 2005, foi formada a primeira turma *Herdeiros de Zumbi*, e a segunda turma *Chico Mendes* em 2006. Na sequência, iniciaram-se duas turmas: a turma Iraci Salete Strozak do curso técnico em Agroecologia (ensino médio integrado) e a turma *Davi dos Passos*, na modalidade Proeja.

A modalidade do curso técnico em agroecologia integrado na modalidade Proeja com especialização em recursos naturais aconteceu na unidade do Ceagro, situada no Assentamento Ireneo Alves no município de Laranjeiras do Sul, no Paraná. A justificativa para a implementação desse curso ancorou-se na necessidade e anseios das famílias do Assentamento Ireneo Alves dos Santos, das comunidades da região Centro-Oeste do Paraná e da região Sul do Brasil. Assim, considerando a realidade das famílias de projetos da reforma agrária, o Ceagro estruturou o curso em três focos de capacitação:

- a) Soberania Alimentar a partir da PERMACULTURA (pequenas unidades industriais para alimentação);
- b) Produtivo: a produção de Leite ligado à cadeia de produtividade, não só a base do pasto Pastoreio Racional Voisin (PRV), mas [...] também ligado aos seus derivados (queijo, iogurte, a sua industrialização e comercialização);
- c) Preservação Ambiental: Matas ciliares, proteção de fontes, água (ESCOLA TÉCNICA, 2008, p. 8, grifo do autor).

Com o aprimoramento das práticas educativas em Agroecologia, em 2010, os centros/escolas de formação em Agroecologia em parceria com o IFPR e Inkra deram continuidade, criando novas turmas de práticas educativas articuladas com a educação básica – ensino médio integrado à educação profissional em Agroecologia.

De maneira geral, essas práticas educativas são intrínsecas às ações coletivas realizadas pelos sujeitos/classe trabalhadora do campo, uma vez que busca-se

criar alternativas para produzir alimentos limpos e saudáveis, contrapondo-se ao projeto de agricultura capitalista, o agronegócio.

Desse modo, o conteúdo atribuído à educação profissional e tecnológica no campo traduz alguns dos anseios defendidos pelos MSPdoC, conforme consta no Decreto n.º 7.352/10, sobre a política de educação do campo, que indica o fomento e a oferta da educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, integrando qualificação social e profissional. Portanto,

[...] deve ter centralidade na formação para o trabalho no campo, na apropriação dos meios de produção pelos próprios sujeitos do campo, e na terra como meio de produzir vida e identidade de classe. Assim, ela tem sua relação à agricultura camponesa agroecológica situada no contexto das transformações sociais contemporâneas (BRASIL, 2012, p. 26).

Por conseguinte, pode-se considerar que a conquista parcial de práticas educativas em Agroecologia tem possibilitado à juventude e aos adultos o acesso à educação escolar, o conhecimento científico e tecnológico em áreas de educação na reforma agrária e na educação do campo. Sendo esses elementos frutos das ações feitas pelos trabalhadores e suas organizações, na luta por políticas públicas de educação, o que, a partir dos anos de 1990, tem possibilitado uma participação ampliada em processos educativos de acesso à educação básica. No entanto, vale destacar que persiste o desafio da conquista do ensino superior e da pós-graduação junto às populações do campo. Evidentemente, o acesso e fomento dos cursos de educação profissional (organizado na modalidade do ensino médio, pós-médio e proeja) e o ensino superior são viabilizados por meio do Pronera.

Com base nessas considerações, podemos salientar que a construção das práticas educativas em Agroecologia acontece pela mediação, essencialmente contraditória, entre a educação formal sob o controle do Estado burguês e a intencionalidade pedagógica de uma educação para a emancipação humana. Em suma, pelo conteúdo dos projetos pedagógicos e concretização das práticas pedagógicas da formação profissional integrada ao ensino médio na educação do campo, analisamos a existência de uma coerência teórica e metodológica na materialização das práticas educativas em Agroecologia como processo de formação humana na perspectiva da transformação social.

Considerações finais

No MST/PR, a concretização dos cursos técnicos em Agroecologia interliga-se às ações dos sujeitos sociais e coletivos que lutam por políticas sociais públicas, concebendo-as como um dos meios de garantir o direito à educação nos limites da emancipação política na sociedade capitalista. De maneira geral, os cursos técnicos de formação em Agroecologia vêm se constituindo como processos de formação humana articulados com a constituição da política de educação profissional tecnológica no campo.

Em suma, este estudo procurou e teve o propósito de refletir sobre a prática pedagógica e sua consonância com a teoria no que tange a educação camponesa e como essas se incorporam na Agroecologia. Percebemos que a formação profissional integrada ao ensino médio para jovens do campo participantes do Movimento Sem Terra (MST) ainda é uma prática em construção no estado do Paraná, pois ainda existem barreiras que dificultam a efetivação de políticas de apoio, de incentivo ou mesmo de implementação de uma política de educação profissional do campo junto aos povos camponeses.

Os jovens que pertencem a esta realidade se deparam com muitas dificuldades na formação escolar em nível médio profissionalizante e, conseqüentemente, adiam a possibilidade de dar um retorno satisfatório a sua comunidade, que possibilitariam melhorias de meios e condições que favoreçam o desenvolvimento do seu entorno.

Todavia, as práticas educativas em Agroecologia, organizadas como parte das ações políticas dos Movimentos Sociais Populares do Campo, vêm se constituindo em processo de formação da classe trabalhadora, materializando-se em uma práxis educativa que pode contribuir como uma experiência concreta na construção da educação profissional do campo inerente à concepção de educação do campo em sentido amplo.

Nota

- 1 No Brasil, integram as seguintes organizações sociais: Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (Abeef) e Conselho Indigenistas Missionário (CIMI), também convidados organizações de base de pescadores e ribeirinhos.

Referências

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n.º 11/2012: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 out. 2012.
- _____. Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010: Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- _____. Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008: Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv_Identificacao/lei%2011.741-2008?OpenDocument>. Acesso em: 4 out. 2012.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Educação Profissional de nível médio/ensino médio. Documento Base. Brasília, DF: SEED, 2007.
- CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 408-415. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes.html>>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- ESCOLA TÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Projeto do curso técnico agropecuária com ênfase em Agroecologia. Curitiba, 2003. Digitado.
- _____. Plano do curso técnico em Agroecologia: ensino médio integrado na modalidade educação de jovens e adultos (Proeja). Rio Bonito do Iguazu, 2008. Digitado.
- _____. Projeto do curso técnico agropecuária com ênfase em Agroecologia. Curitiba, 2004. Digitado.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIMA, A. C. Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana. 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- MST/PR. III Seminário das escolas técnicas do MST/PR. Cantagalo, 2007. Digitado.
- _____. Proposta pedagógica do Curso Integrado de Agropecuária com ênfase em Agroecologia (versão preliminar). Curitiba, 2003. Digitado.
- _____. Todo e toda sem terra estudando. Cartilha sobre a jornada de educação. Curitiba: MST, 2006.

RAMOS, M. N. Políticas e diretrizes para educação profissional no Brasil. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. p.11-54.

_____. Concepção do ensino médio integrado. [s.l.: s.n., s.d.]. Digitado.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

recebido em 09 mar. 2016 / aprovado em 27 abr. 2016

Para referenciar este texto:

VITO, R. V.; LIMA, A. C. Ensino médio e educação profissional em agroecologia no movimento social popular do campo no Paraná. *Dialogia*, São Paulo, n. 23, p. 81-93, jan./jun. 2016.